

ESTADO BRASILEIRO NO LIMIAR DOS ANOS 1990:

Estado-Coisa ou Estado-Sujeito?

BRAZILIAN STATE ON THE BEGINNING OF THE YEARS 1990:

Object-State or Subject-State ?

ESTADO BRASILEÑO EN EL UMBRAL DE LOS AÑOS 1990:

¿Estado Cosa o Estado Sujeto?

Monica Piccolo Almeida

Resumo: Este artigo propõe-se a analisar em uma perspectiva crítica as principais concepções que predominam na literatura especializada acerca do Estado Brasileiro no limiar dos anos 1990. Toma como objeto de investigação as diversas interpretações construídas sobre algumas temáticas que marcaram a meteórica trajetória de Fernando Collor de Mello rumo a presidência da República. Serão assim analisadas algumas das mais importantes obras que têm como tema o Governo Collor na tentativa de mapear a concepção de Estado que predomina em cada obra. Parte-se da hipótese de que é hegemônica entre os analistas a concepção do Estado brasileiro nos primeiros anos de 1990 como Estado-Sujeito que paira acima de uma Sociedade Civil amorfa, passiva. A vertente explicativa aqui defendida, em uma perspectiva diferenciada e sustentada no arcabouço teórico gramsciniano, sustenta que as relações entre Estado e Sociedade devem ser problematizadas e desnaturalizadas. O modelo de Estado que se forjou, então, não é fruto, unicamente, dos interesses de uma única classe. Ele é visto enquanto relação social e fruto de conflitos entre sujeitos coletivos organizados a partir da sociedade civil e profundamente marcado pelos esforços de transformação do discurso e das práticas neoliberais em hegemônicos

Palavras-chave: Estado. Neoliberalismo. Governo Collor.

Abstract: This paper aims to examine in a critical perspective the main conceptions that predominate in the specialized literature on the State on the threshold of the years 1990. The object of research are the various interpretations built on some thematic that marked the meteoric career of Fernando Collor de Mello into the Presidency of the Republic. Some of the most important works that have as theme Collor's Government are analyzed in an attempt to map the conception that predominates in each work. Considering the hypothesis that it is hegemonic, among analysts, the conception of Brazilian State in the early years of 1990 as a subject State that hangs above an amorphous, Civil society. The explanatory section here defended, in a different perspective and sustained in the Gramscian theory, maintains that the relationship between the State and society must be raised and not naturalized. The State model that was forged, so it is not the result only of the interests of a single class. It is seen as a social relation and the result of conflicts among organized collective subjects from civil society and deeply marked by the speech transformation efforts and neoliberal hegemonic practices

Keywords: State. Neoliberalism. Collor's Government.

Resumen: Este trabajo se propone examinar en una perspectiva crítica los conceptos principales que predominan en la literatura especializada sobre el estado en el umbral de los años 1990. Tiene por objeto de investigación las diversas interpretaciones construidas sobre algunas temáticas que marcaron la carrera meteórica de Fernando Collor de Mello en la Presidencia de la República. Por lo tanto serán analizadas algunas de las obras más importantes que tienen como tema el gobierno de Collor, en un intento de mapear la concepción que predomina en cada obra. Se basa en la hipótesis que es hegemónica entre los analistas es el diseño del estado brasileño en los primeros años de 1990 como un estado de sujeto suspendido encima de una Sociedad Civil, amorfa. La sección explicativa aquí defendida, en una perspectiva diferente y sostenido en el teórico gramsciano, mantiene que la relación entre el estado y la sociedad debe plantearse como problematizadas y desnaturalizadas. El modelo de estado que forjó, así por lo tanto, no es el resultado sólo de los intereses de una sola clase. Él es visto como una relación social y el resultado de conflictos entre tema organizado colectivos de la sociedad civil y profundamente marcada por las actividades de procesamiento de voz y neoliberal hegemónico en prácticas.

Palabras clave: Estado. Neoliberalismo. Collor gobierno.

*Artigo recebido junho 2013
Aprovado em junho 2013

Por mais paradoxal que à primeira vista possa parecer, as estratégias eleitorais de Fernando Collor colocaram a questão do Estado no epicentro da agenda política. Ao criticar o modelo de Estado que predominou no Brasil a partir dos anos trinta e ao defender a necessidade de reformá-lo em suas características fundamentais, além de se autoproclamar como "único caminho possível" para a saída da crise política, econômica, social e moral que o país atravessava, Collor encarnou em si próprio o Estado-Sujeito, na concepção de Poulantzas¹ apresenta-se como detentor e portador desse poder estatal e de sua racionalidade administrativa. As interpretações acadêmicas sobre o período acabaram, de um modo geral, por trilhar o mesmo caminho. Em outras palavras, o Estado é visto como Sujeito atuante e monolítico, impermeável aos conflitos de classes.

Naquele que é o objetivo central deste texto, ou seja, a análise de algumas das principais obras sobre as relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil durante o Governo Collor (1990-1992), a tipificação conceitual sobre Estado construída por Poulantzas é especialmente importante. Até mesmo porque será em contraposição à semelhante leitura do Estado brasileiro que aqui será feita a proposta de aplicabilidade do arcabouço teórico gramsciano de modo a desnaturalizar as relações entre Estado e Sociedade no Brasil dos anos noventa.

Ao propor a compreensão da inscrição da luta de classes, muito particularmente da luta e da dominação política, na própria ossatura institucional do Estado, de maneira tal que ela consiga explicar as formas diferenciais e as transformações históricas desse Estado, Poulantzas afirma que o Estado tem o papel de organizar e representar a classe dominante ou frações da classe dominante, ou seja, do bloco no poder, composto de várias frações de classe burguesa.

Organização, perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica. (POULANTZAS, 2000, p.129).

Esse papel de organização - que não concerne a um único aparelho ou ramo do Estado, mas sim ao conjunto de suas agências - torna-se possível na medida em que o Estado detém uma autonomia relativa em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco. Sendo assim, pensar o Estado como condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes, então, é o caminho proposto por Poulantzas para fugir do impasse imposto pela caracterização do Estado ora concebido como Coisa - concepção instrumentalista, do Estado passivo, dominado por uma única classe ou fração, sem qualquer grau de autonomia - ora como Sujeito - portador de uma autonomia absoluta relacionada ao poder próprio que o Estado passa por deter e

com os portadores desse poder e da racionalidade estatal: a burocracia e as elites políticas.

Tanto em uma concepção quanto em outra, a relação Estado-classes sociais e Estado-classes e frações dominantes é compreendida como relação de exterioridade, numa concepção de poder de soma zero na qual ou a classe dominante absorve o Estado, esvaziando-o de seu próprio poder, ou o Estado resiste à classe dominante e lhe retira seu poder, tornando-se árbitro entre as classes sociais.

Segundo a primeira tese, a do Estado-Coisa, a política do Estado em favor da burguesia se estabelece pelo simples controle exercido sobre o Estado-instrumento, de uma única fração da burguesia, atualmente o capital monopolista, passando ela mesma por comportar uma unidade política em qualquer sentido prévia à ação estatal. O Estado não desempenha uma fração própria na organização do bloco de poder burguês, e não possui nenhuma autonomia em relação à classe ou fração dominante ou hegemônica. Na tese do Estado-Sujeito, em troca, é o Estado dotado de uma vontade racionalizante, de poder próprio e de uma autonomia tendencialmente absoluta em relação às classes sociais, sempre exterior a elas, que imporia 'sua' política, a da burocracia ou das elites políticas, aos interesses divergentes e concorrentes da sociedade civil. (POULANTZAS, 2000, p.133).

A grande maioria dos estudos que se debruçaram seja sobre a conjuntura histórica que abriu caminho para a vitória eleitoral de Fernando Collor, seja sobre a análise de seu governo, de sua política econômica, ou sobre os mecanismos institucionais que levaram ao *impeachment*, ainda se apegam à perspectiva que predomina na historiografia brasileira de caracterizar o Estado ora como objeto das classes dominantes, ora como sujeito autônomo da História diante de uma sociedade passiva e amorfa. Assim, são anuladas suas contradições internas e o Estado aparece como bloco monolítico, sem fissuras.

Se no campo da História alternam-se, em sua grande maioria, os estudos que caracterizam o Estado ora como objeto, ora como sujeito, no que se refere ao campo da Ciência Política - profundamente marcada pela matriz liberal -, tal traço é uma tradição indelével. Essa afirmação assume importância fulcral uma vez que são os cientistas políticos, e não os historiadores, os analistas por excelência da trajetória de Fernando Collor. Portanto, qualquer análise que tenha como objeto de investigação, o Brasil, no limiar dos anos 90, passa, irremediavelmente, pela produção dos cientistas políticos. Com isso, a elaboração de um de estudo que objetive desconstituir a leitura já clássica do Estado-Sujeito brasileiro em contraposição a uma sociedade amorfa diante desse Leviatã não pode furtar-se ao diálogo com os cientistas políticos.

Luiz Eduardo Soares (1993), ao analisar o quadro político ao longo do Governo Collor, apresenta como sua característica central o elevado grau de incerteza que marcaria o período. Comparando-o ao estado de natureza hobbesiano, no qual a guerra generaliza-

da virtual é derivada antes da incerteza que da escassez ou da psicologia predatória de seus habitantes imaginários, o autor define as disputas que eram travadas como um tipo de soma zero, cuja lógica não admitia concessões. Essa incerteza política, que inviabilizaria o pacto social, teria suas origens na autonomização da política e na precedência da conjuntura, traços estruturais do governo Collor.

Esse traço estrutural, a autonomização da política, teria sido gestado, segundo Soares, ainda durante a campanha. Ao dirigir-se diretamente à população, desprezando mediações, seja dos partidos, seja das organizações sociais, Collor alcançou ampla receptividade. O “caçador de marajás” apresentava-se como detentor de coragem pessoal, capacidade de iniciativa e de liderança, disposição de mudança, probidade, compromisso com as promessas de campanha e, sobretudo, independência. Collor conseguiu, assim, transformar em vantagem suas carências políticas, ao definir como signo e condição de autonomia a ausência de apoios organizados e disseminados, de partidos estruturados, de reconhecimento nítido e estável entre as elites políticas e sociais.

[...] a candidatura se construiu e afirmou desprovida de lastro político ou de alianças, dissociada de estruturas partidárias, sem correspondência orgânica à composição de interesses previamente ordenada no sistema político organizado ou na sociedade civil politicamente vertebrada. (SOARES, 1993, p.173).

Em função do caminho trilhado por sua estratégia eleitoral, o recém-empossado presidente disporia de uma agenda própria que não resultara de negociações e da qual pretendeu derivar a “nova modernização burguesa”. O Estado que deriva dessa trajetória, continua Soares, será aquele pleno de autonomia, residente na figura do presidente, mais próximo da delegação total implicada na celebração do pacto hobbesiano (constituição do poder absoluto do Leviatã), sem negociação de alianças estáveis em torno de projetos de governo, como é possível identificar na passagem abaixo:

É paradoxal que o Estado implemente, em nome da ampliação renovada do domínio burguês, contra a burguesia e sem quaisquer alianças transversais ou cruzadas com outras classes ou setores sociais, o projeto de sua própria redução (minimalização neoliberal), pela via da intervenção reguladora profunda e autoritária, em contexto político em que se preserva a estabilidade das instituições democráticas. (SOARES, 1993, p. 174).

Em outras palavras, na análise de Luiz Eduardo Soares, o “discurso transformou-se em realidade”, ou seja, a propalada independência, divulgada ao longo da campanha eleitoral, transformou-se na principal marca do Governo Collor: o isolamento político.

O autor transformaria, assim, a estratégia eleitoral de Collor em seu principal argumento analítico. Qualquer análise que vá além da retórica discursiva do candidato, facilmente irá perceber que uma vigorosa rede de alianças e

de apoios políticos e financeiros formou-se em torno de sua candidatura. Se não fosse pelas declarações explícitas de proeminentes políticos de adesão ao ex-governador de Alagoas – fato que acabou por deixar à deriva candidaturas de poderosos caciques da política nacional, como Ulysses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL) – a vultosa quantia arrecadada ao longo da campanha (algo em torno de 160 milhões de dólares)² constitui-se em um poderoso argumento para desmontar a ideia de que Collor era um “cavaleiro solitário” em sua cruzada rumo à presidência.

Ainda no campo da Ciência Política, Werneck Vianna (1991), em sua análise sobre o então Presidente Fernando Collor, o vê mais como fruto de nossa tradição ibérica do que como resultado do cenário por ele construído ao longo da campanha eleitoral. Aqui, não é o discurso que se torna realidade, mas o projeto americanista que é derrotado ao fim do primeiro ano de governo. A análise dos elementos explicativos de tal derrota é o objetivo central da obra.

Seguindo a linha interpretativa de sua obra *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (2007), Werneck Vianna, quando da análise do Governo Collor, o inclui, em seus primeiros momentos, em uma forte tradição da história brasileira, a do americanismo, marcada pela reiteração da cultura política do indivíduo empreendedor e do progresso como obra do livre mercado, em oposição ao legado ibérico que presidiu a formação do Estado Nacional brasileiro. A eleição de Collor, desta forma, estaria inserida no momento de falência da “Tradição Republicana”, definida pelo autor como o conjunto de práticas políticas das elites brasileiras que se institui a partir da tensão entre criar uma economia e perseguir a ideia de progresso à americana pelo atalho da modernização autoritária.

Nessa linha interpretativa, empresários e sindicatos localizam no Estado o inimigo direto de seus novos interesses. A sociedade é levada a crer, pelos efeitos da inflação e da perda de dinamismo econômico, que a modernização produzida pelo autoritarismo consistiria no principal responsável por seus males. Os temas da desburocratização, desestatização, privatização, mercado livre e abertura de fronteiras econômicas pareciam dar novo ânimo ao americanismo doutrinário que emanciparia o país de seu obscurantismo católico e ibérico. No entanto, sem a democratização do acesso à terra e sem a emigração em massa, continua Werneck, os propósitos eram livre iniciativa à americana para uns e iberismo para todos os outros (VIANNA, 1991, p.12).

O fim do primeiro ano do Governo Collor seria o de conclusão de sua experiência neoliberal, derrotando o fundamentalismo americanista da campanha eleitoral e do Plano Collor I, fruto, diretamente, da perda de base de sustentação social e política das reformas neoliberais, implicando a crise de governabilidade. A partir desse diagnóstico, o autor propõe-se

a investigar as condições em que se operou “este movimento circular da conjuntura brasileira, que vai da tentativa de uma fração das elites a romper com a tradição ao seu apaziguamento com ela” (VIANNA, 1991, p. 13).

Nessa interpretação, Collor teria começado a governar através das medidas provisórias que concederam “poder de império” ao Executivo, já por origem de exercício forte segundo as constituições brasileiras. O Plano Collor I ignorara o Congresso e a correlação de forças nele existente e, sob o pretexto de intervir sobre a situação de emergência da hiperinflação, impôs à sociedade suas reformas neoliberais. O desempenho do mandato presidencial se investira, assim, de **conotações bonapartistas**, forçara o embate com o Congresso, e se apresentara como o reformador moderno da República, bastião da modernização neoliberal e da desvalorização da esfera pública no domínio econômico. Tais ideias teriam se concretizado na investida contra as empresas estatais em defesa da privatização e da liquidação das elites tecnocráticas do Estado.

Como suposto geral da política do governo, a consideração do esgotamento da esfera pública como lugar de otimização da acumulação privada – a chamada privatização do público – e de estabilização política e social da ordem burguesa. A ordem privada, expandida e consolidada no vintênio autoritário, necessitaria, agora, se desvencilhar da sua própria história e das suas antigas instituições, cabendo à modernização neoliberal refundar a hegemonia burguesa à base do mercado e dos sistemas de valores que se orientam por ele – ethos utilitarista, sindicalismo de negócios, minimalismo político. (VIANNA, 1991, p. 15).

Rapidamente, porém, as condições internas desfavoráveis começaram a emergir em meio às pressões governamentais para adesão ao Plano Collor: as ações fulminantes do governo teriam correspondido à submissão do Congresso, à unificação das elites econômicas e políticas em prol do projeto.

Somar-se-ia a esse quadro de esvaziamento político, continua Werneck Vianna, o isolamento social do governo gerado pela ação dos sindicatos em defesa dos salários e do nível de empregos, dos intelectuais e artistas em reação à intervenção estatal no âmbito cultural e da Universidade em função da proposta de ensino público pago.

Apesar de apontar aspectos que poderiam trazer ao centro da análise a sociedade civil e seus embates, bem como conflitos dentro e fora da ossatura material do Estado, Werneck Vianna acaba por retomar seu viés analítico original. Assim, explica o refluxo do projeto neoliberal, ao fim do primeiro ano de governo, pelo chamado “excesso de governabilidade”, cuja expressão maior foi o Plano Collor II, o chamado “projeto”. A partir desse momento, haveria o reconhecimento tácito de que o projeto político inicial do governo fora derrotado e que, doravante, o governo passaria a atuar no campo da “Tradição Republicana”, reverenciando os antigos objetivos da modernização burguesa: desenvolvimento econômico

e política social, abdicando do projeto de modernização neoliberal como ruptura histórica.

[...] o chamado ‘projeto’, programa de intenções do governo, procura, de um lado, recuperar em sua retórica os temas clássicos da modernização brasileira – desenvolvimento econômico e incorporação social – e, de outro, sustar o processo de dualidade de poderes na tentativa de se constituir no ator privilegiado do entendimento nacional. (VIANNA, 1991, p. 19).

No que se refere especificamente às relações entre Estado e Sociedade no Brasil ao final dos anos 80 e início dos anos 90, Werneck Vianna aponta para o crescimento da influência política do empresariado e dos sindicatos, que se intensificava na medida em que ambos ampliavam seu grau de autonomia em relação ao Estado. Cogitava-se, então, “[...] uma nova sociedade civil capaz de se contrastar e, eventualmente se confrontar com o Estado, inaugurando-se uma nova fase na história de suas relações” (VIANNA, 1991, p. 54).

A eleição e a posse de Collor, todavia, teriam revertido esse quadro com a decretação do plano de estabilização monetária que concedeu ao presidente a iniciativa na tomada de decisões e a capacidade de traduzi-las em imposições para os demais atores políticos e sociais. A partir de então, Werneck destaca que empresários e sindicatos perderam a possibilidade de assumir papéis protagonistas e assumiram uma postura defensiva diante do novo fausto do velho autoritarismo, materializado no processo de encaminhamento pelo governo do Plano Collor I sob a justificativa de controle da hiperinflação que se anunciava.

[...] a pretexto da ameaça da hiperinflação e do caráter inócuo dos remédios convencionais, permitiu uma inaudita politização da vida econômica, operando-se uma efetiva expropriação política da sociedade civil. Expropriação não formal, estão aí o Parlamento e os partidos políticos, mas real, porque a vontade de um não mais pode ser obstada pela vontade de todos. (VIANNA, 1991, p. 55).

A origem do fenômeno de enfraquecimento da sociedade civil, entretanto, não poderia ser identificada somente nas estratégias políticas de encaminhamento das reformas neoliberais pelo Governo Collor. Seria, antes disso, um fenômeno pré-eleitoral, diretamente relacionado à forma como empresários e sindicatos posicionaram-se diante da conjuntura de transição democrática. Ao valorizarem seus interesses particulares em detrimento do fortalecimento do campo democrático, teriam permitido um resultado final sobre o qual não têm controle.

[...] o plano de estabilização monetária recompõe a velha assimetria entre Estado e sociedade civil, o primeiro se autonomiza em relação ao segundo, volta a politização da economia e aumenta sem paralelo o intervencionismo estatal. O que era para ser um Estado mínimo se expande sem conhecer fronteiras e, em defesa do sistema de propriedade e da livre iniciativa, sequestra todas as propriedades e toda iniciativa. (VIANNA, 1991, p. 56-57).

Assim como para Luiz Eduardo Soares, também para Werneck Vianna, a lente de

entendimento do período Collor passa pelo binômio "sociedade civil fraca/Estado forte". Nesse caso, havendo até mesmo o que Vianna chama de "excesso de governabilidade" e de bonapartismo por parte do Presidente, então identificados como elementos centrais para explicação do fracasso do Plano Collor I.

Embora sua análise possa ser inserida em outra perspectiva analítica, na medida em que se propõe a investigar os interstícios da política econômica do governo Collor em suas alterações³, Luiz Carlos Bresser Pereira compartilha do diagnóstico de Luiz Eduardo Soares e de Werneck Vianna quanto à debilidade da sociedade civil diante do Leviatã brasileiro.

Bresser Pereira (1991), na análise dos planos de estabilização, utiliza-se da teoria estruturalista da inflação inercial, perspectiva que alia a teoria econômica convencional ou ortodoxa à teoria da inflação inercial. Afirma que a equipe da então Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, acertou no diagnóstico da crise fiscal do Estado brasileiro, definida pela perda do crédito público e pela incapacidade do Estado de se financiar a não ser inflacionariamente.

O Estado crescera demais, e a estratégia de industrialização por substituição de importações se esgotara. Era preciso, portanto, reduzir o Estado, privatizar as empresas estatais e, principalmente, liberalizar o comércio internacional, eliminar grande parte das barreiras não tarifárias e reduzir as tarifárias. (PEREIRA, 1991b, p.10).

Assim, o grande equívoco da política econômica, destaca o autor, não teria sido o diagnóstico, nem as metas estabelecidas. O problema maior residiria na hesitação da Ministra Zélia Cardoso de Mello em abandonar suas convicções protecionistas e desenvolvimentistas no momento de implementação das reformas neoliberais para que conseguisse promover a recuperação econômica do Estado e controlar o processo inflacionário. Assim, segundo o Ministro da Fazenda do Governo Sarney, Zélia Cardoso,

não se transformava em uma liberal, não traía suas posições social-democratas, porque seu objetivo não era o *laissez-faire*, o Estado mínimo. Era sanear-lo e reformá-lo para que ele pudesse voltar a intervir eficientemente, embora subsidiariamente ao mercado, em novos setores: política industrial e tecnológica, política social, política do meio ambiente. (PEREIRA, 1991b, p.10).

Soma-se a essa hesitação da equipe econômica, ainda segundo Bresser, a adoção de uma política ortodoxa, monetarista, que não tinha condições de quebrar a dinâmica da inflação inercial informalmente indexada - marca indelével da economia brasileira.

A inserção da obra do Ministro da Fazenda do Governo Sarney, em um estudo que está se propondo a mapear algumas das interpretações vigentes sobre as relações entre Estado e sociedade no Brasil do Governo Collor, justifica-se pelo fato de que sua análise amplia-se para além das questões meramente econômi-

cas. Na tentativa de procurar elementos outros que explicassem a inflexão do governo, ao final de seu primeiro ano, Bresser volta sua análise para as relações entre o que ele chama de "sociedade civil" e o Governo Collor. Caracteriza essas relações, ao longo dos quatorze meses iniciais de governo, mais como confronto do que conciliação. O desdobramento dos sucessivos embates teria sido a crise de legitimidade que tentou ser resolvida com a demissão da Ministra da Economia Zélia Cardoso e sua substituição por Marcílio Marques Moreira.

A peculiaridade dessa análise reside em sua caracterização da sociedade civil no Brasil. Bresser praticamente a identifica com os empresários. Os demais setores teriam sido excluídos uma vez que, em sua avaliação, as especificidades da "democracia dual" brasileira teriam aberto espaço para que os "despossuídos" participassem diretamente da eleição do presidente. Os rumos do governo, todavia, foram influenciados somente por uma pequena elite.

Nesta pequena sociedade civil, onde estão presentes os empresários, os jornalistas, os cientistas, os artistas, os líderes de sindicatos e associações de todos os tipos, são os empresários o grupo maior, mais poderoso e influente. O presidente pode ser, eventualmente, eleito à revelia deles, como aconteceu com Collor, ou contra eles, como aconteceria se Lula tivesse sido eleito, mas depois não há alternativa senão governar com eles. (PEREIRA, 1991b, p. 13).

O grande erro cometido por Collor, na perspectiva então apresentada, foi justamente ter provocado uma crise de legitimidade (caracterizada por Bresser Pereira como a perda de apoio da sociedade civil), incorrendo no equívoco de pensar que poderia governar sem o apoio dos empresários, uma vez que havia sido eleito sem eles, como demonstra claramente a passagem a seguir:

[...] ignorando que a popularidade vem dos eleitores, mas a legitimidade, no sentido político do termo e não no sentido jurídico, se origina na sociedade civil e particularmente nos empresários, o governo Collor pretendeu quase deliberadamente governar sem a sociedade civil. Ao fazer isso, ao cair na tentação do contato direto com o povo, entrou em um processo de perigoso e desgastante conflito com essa sociedade. (PEREIRA, 1991b, p. 13).

A dimensão desse isolamento do governo diante da sociedade civil assumiria, para o autor, uma importância ainda maior em função do fato de serem os participantes da sociedade civil e, particularmente, os empresários, portadores de um enorme poder e assim,

[...] quando não são chamados a participar, respondem com palavras e atos. Palavras, porque possuem a hegemonia ideológica, direta ou indiretamente são os formadores de opinião por excelência da sociedade. Atos, porque são eles que tomam todos os dias as decisões de preço e de investimento. (PEREIRA, 1991b, p. 14).

A partir do diagnóstico acima traçado, o único caminho que Bresser Pereira identifica como viável para a solução da crise de legitimidade do governo Collor seria a substituição

dos "Tempos Heroicos" de Zélia Cardoso por uma nova fase em que a conciliação e não o confronto com a sociedade civil fosse a tônica. Em outras palavras, a crise que assolara o Governo Collor fora fruto de seu distanciamento de uma sociedade civil identificada com os grupos organizados, mais especificamente, o empresariado.

Mais uma vez, é incorporada à análise a ideia exaustivamente alardeada por Collor de sua eleição ter ocorrido à revelia dos grandes empresários, como se esses tivessem ocupado uma posição de neutralidade diante da possibilidade de, no segundo turno, o cargo mais importante da República ser ocupado por uma liderança sindical.

Mesmo sem cobrar do ex-Ministro da Fazenda do Governo Sarney uma análise que possa aproximar-se do campo marxista, causa estranheza uma identificação entre "sociedade civil" e empresários, a menos que possamos aproximar a análise de Bresser do campo da Teoria das Elites, na qual o poder político pertence, sempre, a um restrito e monolítico círculo de pessoas, em contraposição a uma maioria dele que está excluída. Mais especificamente, uma aproximação com a "teoria da minoria organizada", de Gaetano Mosca, segundo a qual,

[...] a classe política encontra sua própria força no fato de ser 'organizada', entendendo por organização, tanto o conjunto de relações de interesses que induzem os membros da classe política a coligarem-se entre si e a constituírem um grupo homogêneo e solidário contra a mais numerosa, dividida, desarticulada, dispersa e desagregada classe dirigida, como o aparelho ou máquina estatal da qual se serve a classe política como instrumento para realização de seus próprios fins. (BOBBIO, 1993, p. 386).

Nessa perspectiva, é possível compreender o peso representado pelos empresários na crise do governo Collor. No entanto, numa sociedade que é vista pela clivagem dos governantes organizados e governados desarticulados, torna-se ainda mais inconsistente excluir esse grupo organizado (empresários) dos rumos do processo eleitoral no pleito de 1989.

Dando continuidade ao exercício de mapeamento, longe de conclusivo, das obras que se detêm sobre as relações entre Estado e sociedade durante o Governo Collor, Maria Valéria Pena, professora no Instituto de Economia Industrial da UFRJ, caracteriza as bases da Reforma Administrativa implementada no momento de sua posse, como sendo parte de um projeto de reconstrução das relações entre Estado e sociedade. As críticas ao serviço público, ao lado do programa de desestatização e de abertura dos portos da política industrial, constituir-se-iam em um desmantelamento da natureza conferida ao Estado brasileiro a partir dos anos 1930.

A rigor, o que se assiste é um ataque em todas as direções. [...] Não se cogita de produzir um melhor acesso do cidadão ao patrimônio comum ou de tornar mais eficiente a regulação estatal da sociedade ou de sua economia, mas de reduzir tanto o escopo

de tal patrimônio e as expectativas sociais sobre seu uso quanto de criar os mecanismos que permitam o funcionamento irregular do mercado. [...] Não existe qualquer reforma administrativa em andamento. Reestrutura-se o Estado e, com ele, pretende-se, um pedaço da sociedade. (PENA, 1991, p. 131).

A passagem destacada acima em muito se assemelha aos demais estudos sobre o tema. No entanto, um trecho em especial pode ser sublinhado quando da análise da autora sobre a reconfiguração das relações entre Estado e sociedade em andamento durante o Governo Collor. Assim como já utilizada por um dos mais célebres historiadores brasileiros, para intitular um de seus livros mais conhecidos no qual analisou "a República que não foi" e a reação da população diante do ocaso da Monarquia, mais uma vez resgata-se a célebre frase de Aristides Lobo para qualificar a passividade da sociedade brasileira diante do Leviatã brasileiro.

[...] não se acabrunham os cidadãos com o que se passa: apenas assistem **bestializados** [grifo nosso] à marcha de um processo que, se modifica algo, é alguma coisa que nunca lhes foi próprio. [...] Tanto o diagnóstico que apresenta o Brasil como um sistema político excessivamente dominado pelo Estado, quanto o que imagina seu Estado excessivamente privado, têm razão e coincidem em um ponto crucial: em qualquer dos casos, é muito exíguo o território conferido à cidadania. (PENA, 1991, p. 132).

Assim, mais uma vez, estar-se-ia "bestializando" a sociedade brasileira diante do gigantismo e do Estado-Sujeito brasileiro.

Retomando o modelo clássico de análise da Ciência Política, Ricardo Antunes parte da caracterização da década de noventa como sendo o momento de desertificação social e de predomínio da política liberal. O autor estabelece como primeiro ponto de análise do governo Collor suas semelhanças e particularidades com o bonapartismo de Luís Bonaparte.

Em relação aos aspectos comuns entre o governante do Segundo Império francês e do ex-governador de Alagoas, destaca Antunes o predomínio dos interesses gerais da ordem, mesmo quando em alguns aspectos contingenciais os setores dominantes são atingidos; a necessidade da presença de uma massa de manobra que permita a *persona* do "Bonaparte" celebrar a sua autonomia relativa ante os interesses dominantes; a crescente regressão do poder parlamentar, expressa nas medidas provisórias, anticonstitucionais e nos vetos presidenciais; a tendência autocrática e ditatorial e, por fim, a dimensão aventureira.

O Plano Collor é exemplar a este respeito. Tem um *télos* que visa à modernidade do grande capital e, para alcançar tal objetivo, implementa algumas medidas que, em sua imediatidade, e só neste plano, ferem aspectos do setor do capital. [...] Aqui aflora a representação mais difusa, mas real, dos 'descamisados', dos 'pés-descalços', este enorme contingente que vivencia em sua cotidianidade condições das mais adversas. E que crê na figura do presidente, dando-lhe apoio muitas vezes incondicional [...] Collor foi a expressão (bem sucedida) de um imprevisto necessário da ordem ante os riscos presentes no quadro eleitoral. (ANTUNES, 2005, p.8-9).

Esses pontos em comum entre o francês Luís Bonaparte e Fernando Collor, porém, não invalidam as especificidades do bonapartismo “à la brasileira” cujas origens remontam, para Ricardo Antunes, à essencialidade do Plano Collor. A análise do pacote de medidas apresentadas em 15 de março de 1990 permitiria a captação das articulações recíprocas entre as dimensões econômicas e políticas do Brasil de então. Sendo assim, o Plano propor-se-ia promover um novo salto para a modernidade capitalista, ao acentuar o modelo produtor para exportação e tornar a economia brasileira competitiva ante as economias avançadas, o que implica a franquia da produção aos capitais monopolísticos externos.

Nessa perspectiva, o Plano Collor encontrar-se-ia

[...] em clara integração com o ideário neoliberal. A privatização do Estado preenche outro requisito imprescindível desse ideário. Os procedimentos para a obtenção deste *télos* seguem, em dose única, o essencial do receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI): o enxugamento da liquidez, o quadro recessivo decorrente, a redução do déficit público, a ‘modernização’ (privatista) do Estado, o estímulo às exportações e, é claro, a prática do arrocho salarial, secularmente utilizado em nosso país. É um desenho econômico nitidamente neoliberal. O ‘intervencionismo exacerbado’ presente no Plano e que desagradou aos setores mais à direita lembra a última medida necessária para uma lógica de um Estado que se quer todo privatizado. É a simbiose entre a proposição política autocrática e a essencialidade de fundo neoliberal. (ANTUNES, 2005, p. 10).

O grande problema identificado nas linhas centrais do Plano é que ele não promoveria uma mudança radical na política econômica e no padrão de acumulação. Os interesses do grande capital seriam atingidos somente na imediatez, diferentemente do que ocorreria com os segmentos menos organizados. Assim sendo, o Projeto Collor, expresso nos Planos Collor 1 e 2 – esse como reconhecimento da falência das medidas imediatas e contingenciais daquele –, teria desestimulado o parque produtivo, achatado os salários, além de não ter conseguido controlar a inflação, uma vez que

[...] vislumbra a modernização capitalista sucateando o capital estatal, destruindo o pequeno e médio capital, implodindo a tecnologia nacional, substituindo-a por uma tecnologia forânea e abrindo nosso parque produtivo para o capital que detém esta tecnologia. E, claro, tornando ainda mais miseráveis o enorme contingente de assalariados que vive a brutalização mais aguda da história republicana. (ANTUNES, 2005, p.12).

A hipótese central de que o Estado-Sujeito diante da sociedade civil amorfa é o principal viés explicativo para as análises sobre o Brasil dos anos 1990 pode ser contraposta. O domínio entre a literatura que se dedicou ao estudo das relações entre Estado e Sociedade no Brasil dos anos noventa da caracterização do Estado brasileiro como Estado-Sujeito pode ser explicado pelo fato de que nenhum dos autores até agora trabalhado tenha se

proposto a adotar o arcabouço conceitual gramsciano, mesmo aqueles mais próximos do marxismo, como Ricardo Antunes. A caracterização, na maioria dos estudos aqui apresentados, do Estado brasileiro como que dotado de uma vontade racionalizante, de poder próprio e de uma autonomia tendencialmente absoluta em relação às classes sociais, que imporia “sua” política (a da burocracia ou das elites políticas) aos interesses divergentes e concorrentes da sociedade civil amorfa e plasmada pelas ações desse Estado, pode ser entendida somente como uma determinada opção teórica dos autores.

Nenhum dos estudos até agora analisados se propunha a trabalhar com a categoria de Estado Ampliado, profundamente marcado pelos conflitos entre sociedade civil e sociedade política que disputam a conquista da hegemonia e que inscrevem tais disputas na própria ossatura material do Estado e nos aparelhos privados de hegemonia. No entanto, nem mesmo quando analisamos mais detalhadamente a obra de um gramsciano anunciado, o arcabouço conceitual construído pelo intelectual italiano é efetivamente utilizado como instrumental analítico.

Marco Aurélio Nogueira (1998), assim como os demais autores aqui apresentados, também é cientista político. Entretanto, diferentemente daqueles, quando sugeriu a construção de um quadro interpretativo da realidade brasileira, através da análise de temas próprios da política e da crise do Estado contemporâneo diante dos desafios principais da esquerda nos dias de hoje, afirmou ser Antônio Gramsci sua principal referência teórica.

Somos protagonistas de revoluções sem revolução. Entre nós, a mudança radical, explosiva, concedeu espaço a uma progressiva modificação da composição de forças: prevaleceram sucessivas restaurações de equilíbrios preexistentes, com o “velho” sendo incorporado e certas exigências do “novo” sendo acolhidas. Mas não se tratou de pura conservação, já que por detrás do aparente imobilismo político ocorreu na realidade uma firme transformação molecular da estrutura material, dos padrões culturais e das relações sociais fundamentais. Como é bem conhecido, esse são alguns dos temas de Antonio Gramsci, autor que – também por isso, mas não só – é a principal referência teórico-política do presente volume. (NOGUEIRA, 1998, p. 12).

Assim, Nogueira caracterizou a revolução burguesa como um prolongamento de certas formas coloniais, o que teria dispensado a sociedade civil de maior protagonismo. Fez-se assim,

[...] sob o comando do Estado, que, de tanto intermediar interesses (antigos e modernos) e roubar energia da sociedade, hipertrofiou-se macrocefalicamente. [...] acabou por patrocinar uma institucionalização precária do político, afastando-o da democracia e diminuindo sua capacidade de processar demandas, tensões e contradições. (NOGUEIRA, 1998, p. 12).

Se ainda restam dúvidas acerca da concepção de Estado que permeia toda a obra de Nogueira, aliás, bem distante da categoria de

Estado Ampliado de Gramsci, outra passagem deixa ainda mais clara a identificação dessa pretensa obra balizada nos conceitos gramscianos com as demais apresentadas aqui até o momento.

Ainda caracterizando o Estado brasileiro, Nogueira afirma categoricamente que

[...] a hipertrofia do Estado produziu não poucos problemas. Além de ter deformado o Estado, sobrecarregando-o de atribuições e fragilizando-o como agente racionalizador e coordenador do desenvolvimento, acabou por deixá-lo ao sabor dos interesses particulares que ele sempre esteve obrigado a intermediar. Acabou por **'balcanizá-lo'**, como se costuma dizer. Por outro lado, dificultou a constituição de uma tradição democrática expressiva e inibiu (**via cooptações e regulação estatal da cidadania**) a **auto-organização da sociedade**, além de ter impulsionado a generalização de uma cultura política impregnada de golpismo e autoritarismo. (NOGUEIRA, 1998, p. 14, grifo nosso).

Esse trecho é extremamente revelador do distanciamento da obra de Marco Aurélio Nogueira dos conceitos chave elaborado por Gramsci. Fica explícita, portanto, a noção do Estado como sujeito central do processo histórico, repleto de caracterizações negativas e dualizantes (forte/frágil; centralizador/balcanizado). A ação estatal como determinante no processo de cooptação e regulação da cidadania. A sociedade, incapaz de construir caminhos próprios para sua organização, teria sido assim plasmada pela ação desse Estado, em muito se aproximando a interpretação de José Murilo de Carvalho (1998) acerca da estadania brasileira.

Tais perspectivas de predomínio do Estado sobre a sociedade, sendo esse Estado uma entidade quase "mítica" e, portanto, acima e além dos embates entre forças sociais e frações de classe, na perspectiva de Sônia Regina de Mendonça (2005, p. 8) "[...] aproximam-se de demandas elaboradas pelas frações da classe dominante, especialmente aquela que combate os 'excessos' de intervencionismo público, sobretudo em matéria econômica, demanda típica do pensamento liberal".

Esse viés interpretativo, profundamente marcado pela desqualificação da ação pública, e que o autor deixa claro ainda na apresentação, permeia toda a obra e acaba por se encaixar perfeitamente no projeto das reformas neoliberais tão propaladas no Brasil nos anos noventa.

Quando da análise da conjuntura histórica em que se deu a eleição de Collor e do seu período de governo, Marco Aurélio Nogueira distancia-se ainda mais do que pode ser considerada uma análise que tenha em Gramsci seu principal referencial. Já nos primeiros momentos da análise sobre o Governo Collor, ao identificar os elementos que foram responsáveis por colocar a questão do Estado no centro da agenda política brasileira, ainda durante as eleições presidenciais de 1989, destaca que

[...] de um lado, ouviam-se ainda os ecos do movimento político anterior, referenciado pela oposição democrática à ditadura militar e pela luta contra o

modelo de Estado interventor por ela patrocinado. De outro lado, o País era desafiado a ajustar sua economia à **nova fase do capitalismo mundial, cuja ideologia, o neoliberalismo**, encontrava-se precisamente no Estado seu *sparring* preferencial (NOGUEIRA, 1998, p. 124, grifo nosso).

Na passagem acima fica explicitado que Nogueira caracteriza o neoliberalismo como a ideologia da nova fase do capitalismo mundial. Tal utilização do conceito em muito se afasta dos preceitos gramscianos. Para o filósofo italiano, ideologia assume uma conotação positiva – diferentemente do que ocorre nos primeiros escritos de Marx, nos quais é considerada como "falsa consciência", sendo "[...] uma concepção de mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva" (GRAMSCI, 2002, p. 138).

Corroborando a linha interpretativa acerca da obra de Marco Nogueira que aqui está sendo construída, Carlos Nelson Coutinho afirma que Gramsci distingue as ideologias entre si: as "ideologias arbitrárias", individuais ou de pequenos grupos, que são de curta duração e têm pouca incidência sobre a ação humana e as "ideologias orgânicas", que dão expressão às aspirações de grandes correntes históricas, de classes ou de grupos com vocação hegemônica e com capacidade de se tornarem classes nacionais (COUTINHO, 2000, p. 67). Com grande esforço, poderia ser feita a aproximação entre essa última definição, "ideologia orgânica", ao sentido que Nogueira está empregando. Entretanto, tal esforço exigiria maiores esclarecimentos do autor de *As possibilidades da política* que, entretanto, não são identificáveis em nenhum momento da citada obra.

Na tentativa de inferir, então, o uso que Marco Aurélio Nogueira faz do conceito de "ideologia", no debate que se trava em torno de seus distintos usos e significados, torna-se muito mais exequível aproximá-lo daqueles que, segundo Norberto Bobbio, fazem uso do "conceito fraco de ideologia" do que da construção conceitual gramsciana.

No seu significado fraco, Ideologia designa *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar comportamentos coletivos. [Nesta perspectiva] Ideologia é um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas. (STOPPINO, 1993, p. 585).

Outra passagem do texto de Stoppino também pode ser citada como um dos usos mais gerais do significado fraco de Ideologia. Em referência ao elaborado por Stoppino (1993, p. 587) "[...] as Ideologias são sistemas de ideias conexas com a ação que compreendem tipicamente um programa e uma estratégia para a sua atuação e destinam-se a mudar ou a defender a ordem política existente".

Na análise das características fundamentais das estratégias eleitorais que viabilizaram a vitória da candidatura de Collor nas eleições

presidenciais de 1989, Marco Aurélio Nogueira também se afastou das categorias analíticas gramscianas. Recuperando os mais recorrentes argumentos da Ciência Política para a explicação do “fenômeno Collor”, o autor em muito se aproxima de uma das obras aqui analisadas.

Filho do vazio político aberto no Brasil em decorrência das artimanhas da transição democrática – expresso, simultaneamente, na fraqueza das lideranças políticas, no mau funcionamento do sistema partidário e na desocupação do ‘centro’- Collor saberia encarnar a desconfiança de largas faixas da população contra os políticos e a política. (NOGUEIRA, 1998, p.125).

Quando Nogueira dispõe-se a analisar os mecanismos que viabilizaram a vitória eleitoral de Collor, reproduz a interpretação de Werneck Vianna, presente na obra já analisada, *De um Plano Collor a Outro*, na qual o cientista político iuperjiano explica a eleição de Fernando Collor em função da sua capacidade de ocupar o espaço do “centro”, que fora deixado vago pela fragilidade das demais candidaturas. Duas passagens do texto de Werneck podem ser facilmente identificadas na obra de Nogueira:

Ainda no primeiro turno, imprime-se uma polarização artificial à estrutura partidária, eliminando-se, desde aí, qualquer possibilidade eleitoral do centro democrático – isto é, das forças liberais-democráticas.

[...] Cancelado o centro, o neoliberalismo articulado da direita moderna não se defronta na campanha com um discurso que o conteste enquanto tal. (apud VIANNA, 1991, p. 25).

Na passagem do texto de Nogueira que será agora apresentada fica clara a fonte de inspiração, sem que, no entanto, qualquer referência ao texto de Werneck Vianna tenha sido feita.

Ao longo do processo eleitoral, o liberalismo democrático foi entregue a própria sorte, graças à interrupção de sua antiga aliança com a esquerda democrática. [...] o “centro” ficou disponível e meio à deriva, terminando por ser magnetizado e em boa medida tragado pela direita, especialmente em sua versão neoliberal. (NOGUEIRA, 1998, p. 125).

Se Marco Aurélio Nogueira afasta-se de Gramsci quando da caracterização do Estado brasileiro como Estado-Sujeito e quando faz uso da concepção liberal do conceito de ideologia, nada difere quando um dos mais importantes conceitos gramscianos aparece em sua obra: o de Sociedade Civil.

Como era de se prever, as eleições foram o fator de organização da vida política e cultural brasileira durante 1989. Os tempos, ritmos e aspirações, assim como os processos e expectativas da sociedade civil, acabaram por ser redimensionados pela disputa eleitoral, na qual foram depositadas quase todas as esperanças societárias. (NOGUEIRA, 1998, p. 126).

Se ainda estivéssemos analisando um dos clássicos estudos dos cientistas sociais, claramente inspirados em uma matriz liberal, a citação acima não suscitaria estranheza. No entanto, em um estudo que se declara tributário da matriz gramsciana, naturalizar o con-

ceito de Sociedade Civil – que para Gramsci assume um papel central – é um “equivoco” de grandes proporções. Longe de significar um dos componentes que, ao lado da sociedade política, compõem o que Gramsci chama de “Estado Ampliado” e cujos portadores são os aparelhos privados de hegemonia, sociedade civil para Marco Aurélio Nogueira parece moldar-se ao que Norberto Bobbio chama de tradição da literatura política inglesa, mais impermeável à influência marxista e na qual se entende por Sociedade Civil,

A esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras, Sociedade Civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder. (BOBBIO, 1993, p. 1210).

Quando da análise do governo Collor e das bases da reforma administrativa que então foi implementada, Marco Aurélio Nogueira acaba por realizar muito mais uma análise do discurso presidencial do que uma análise dos conflitos intra classe dominante ou entre as frações de classe que compõem o bloco no poder. Dos componentes discursivos do então presidente são retirados pressupostos analíticos. Justapõem-se, a todo o momento, os argumentos apresentados por Collor com os elementos explicativos fornecidos por Marcos Nogueira. Um leitor menos desavisado pode, facilmente, tomar como palavras do autor da obra as do então presidente. Semelhante justaposição é ainda facilitada pela completa ausência de referência das fontes pesquisadas. Os discursos de Collor são apresentados sem a identificação de nem mesmo a data específica em que foram proferidos.

Como a questão do Estado ocupa lugar central na obra de Nogueira, ela novamente retorna a cena. E, mais uma vez, absolutamente distanciada da concepção gramsciana.

A simplificação operada pelo discurso oficial do governo Collor no que se referia à questão do Estado sintonizava-se muito bem com o ambiente político e ideológico do Brasil daqueles anos. Ajustava-se a um processo societal que parecia vocalizar certa frustração com os rumos da democratização: a sociedade começava a cavar uma trincheira diante do Estado. Uma trincheira de ataque e defesa, a partir da qual se pedia ‘tudo’ e fustigava-se o Estado de todos os modos. (NOGUEIRA, 1998, p. 137).

Para encerrar a análise da obra de Marco Nogueira (1998, p. 132-133), serão destacadas algumas de suas expressões que causam grande estranhamento para uma produção que se pretende gramsciana, tais como: “em pouco tempo os brasileiros irão mostrar grande disposição para abandonar o presidente à sua própria sorte”, ou então, “foi, entretanto, impossível escamotear os dados da vida: logo ficará patente que a grande arma anti-inflacionária do governo confundia-se

com a recessão". Como assim brasileiros? Quem são "eles"? Membros da sociedade política que atuam no âmbito da ossatura material do Estado Restrito? Membros da sociedade civil que estariam organizando um movimento contra hegemônico? Parlamentares prestes a encaminhar o processo de *impeachment*? Qual o significado, de "abandonar o presidente à sua própria sorte" no contexto de uma teoria, como a gramsciana, que caracteriza o movimento social como um campo de alternativas, como uma luta de tendências cujo desenlace não está assegurado por nenhum determinismo econômico, mas depende do resultado da luta entre vontades coletivas organizadas pelos partidos? Mais ainda, o que são "dados da vida"? Questões que Nogueira sequer passa perto de responder.

Diferentemente do apresentado até então, a perspectiva deste estudo é a de construção de uma análise na qual o Estado brasileiro dos anos noventa seja inserido em uma perspectiva gramsciana de Estado Ampliado, constituído pela conjugação da sociedade política e da sociedade civil na qual estão atuando os aparelhos privados de hegemonia.

Portanto, trata-se aqui de caracterizar o projeto de remodelação do Estado brasileiro ao longo dos anos noventa sob um novo prisma, inserindo-o como estratégia de um Estado Restrito que busca legitimar seu projeto em um contexto de lutas sociais intraclasses dominantes e entre classes sociais e mercado.

Torna-se necessário, ainda, investigar como esses embates inserem-se na ossatura material do Estado. Ir além das estratégias discursivas do governo que, embora possam se constituir em importantes elementos analíticos, não explicam por si só a complexidade histórica do momento. As relações entre Estado e sociedade estão longe de ser naturalizadas. Os embates entre os agentes e agências, inseridos no processo de implementação das reformas estruturais, não são despidos de seu conteúdo de classe. O Estado está longe de ser um bloco monolítico de órgãos, vazios de atores sociais. As políticas públicas são, antes de qualquer coisa, uma opção da sociedade política que objetiva hegemonizar e generalizar a visão de mundo da fração de classe hegemônica.

Em síntese, faz-se necessário repensar o Estado gramscianamente, o que, segundo Sônia Regina de Mendonça, possui uma dupla perspectiva.

A primeira remete às formas mediante as quais as frações de classe se consolidam e se organizam para além da produção, no seio da Sociedade Civil, enquanto a segunda, refere-se às formas pelas quais as agências ou órgãos públicos contemplam projetos e/ou atores sociais emanados dos aparelhos privados de hegemonia dos quais a Sociedade Civil é portadora. Uma delas certamente possuirá papel hegemônico junto a um dado organismo, porém, ainda assim, outras lá se farão presentes, através de seus intelectuais, em constante disputa. (MENDONÇA, 2005, p. 12) .

O Estado, portanto, surge neste contexto, como expressão da relação de poder entre as classes na esfera da produção. Logo, o Estado deve ser visto não só como reflexo desta dominação, mas elemento fundamental desta. É no âmbito do Estado que se constrói o aparato que referendará a prática de dominação de uma classe sobre a outra. Como este aparato deve ser entendido o aspecto coercitivo, seja pelo conjunto de leis, ou pela repressão direta àqueles que não as cumprem e transgridam a ordem.

Deve-se, porém, ter cuidado para não encarar o Estado como uma criação maldosa da classe dominante, mas entendê-lo como algo que surge das relações sociais para mediá-las. Relações estas que são dominadas pela burguesia. Assim, analisar o Estado, nessa perspectiva, exige investigar as condições históricas de sua existência social, não podendo ele ser considerado como algo que encontrasse sua razão de ser em si próprio, numa racionalidade abstrata ou apenas na legitimação do uso da violência (FONTES, 2005, p.182).

Gramsci, que para muitos foi o teórico da sociedade civil, baseando-se em Marx, traz o foco da discussão para o campo da política que, para ele, é a atividade central onde a consciência individual cria contato com o social. Sua concepção não nega as relações de produção como geradoras da vida social, mas chama atenção para o fato de que é na esfera política que a burguesia se perpetua no poder, através do predomínio ideológico de seus valores ante a classe trabalhadora. Isto é, a hegemonia.

Para Gramsci, o Estado não é apenas aparelho repressivo da classe dominante, mas é, ele próprio, agente da hegemonia. Assim, é a ação deste e de outros agentes na sociedade civil que rege o confronto de classes que resultará na hegemonia. E este dialeticamente, no Estado.

A grande contribuição de Gramsci é colocar a sociedade civil na superestrutura e explicitar que é nesse jogo de persuasão que se dá a dominação. Dominação esta que, segundo ele, não se dá meramente pela coerção estatal, mas, principalmente, pelo consentimento do dominado, ou seja, pela sua aceitação à concepção de mundo de seu dominador.

Seja como resultado das relações de produção ou agente da hegemonia, o importante é notar que o Estado, neste bloco teórico aparece pela primeira vez desnudado, esvaziado e desmitificado. Mais uma vez é a antítese que o teoriza, mas desta feita sem a pretensão de deixá-lo no campo do ideal para respaldar uma nova dominação.

Os escritos de Gramsci assumem, na proposta de estudo aqui apresentada, um papel central, principalmente suas categorias de Estado e de hegemonia. Ao enfatizar de forma muito mais aguda que Marx, Engels, Lênin ou Trotsky o papel da superestrutura na perpetuação das classes e na prevenção do desenvolvimento da consciência de classe, Gramsci caracteriza o Estado como muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia, ou seja,

como sendo “todo um complexo de atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação” (GRAMSCI, 2002, p. 244). Dessa forma, o Estado como superestrutura torna-se uma variável essencial em vez de secundária na compreensão da sociedade capitalista.

Procurando analisar a conjuntura italiana do Entreguerras, Gramsci inverte a teoria marxista tradicional ao enfatizar a supremacia das superestruturas ideológicas sobre a estrutura econômica e da sociedade civil (consenso) sobre a sociedade política (força). É o complexo de relações ideológicas e culturais, da vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações que se tornam o centro da análise. Neste sentido, nem a força nem a lógica da produção capitalista pode explicar o consentimento de que goza essa produção entre as classes subordinadas. Tal explicação reside no poder da ideologia e da consciência.

Para concluir, vale a pena acrescentar que, a despeito do papel central que o Estado assume neste trabalho, a proposta aqui apresentada de compreender ou estudar o Estado brasileiro no momento de materialização do receituário neoliberal distancia-se das linhas de interpretação que são recorrentes na historiografia brasileira. Muito mais do que um Estado Patrimonialista, legado de nossa herança ibérica (FAORO, 1989) ou então de uma “construção estatista da ordem”, fruto da ação de uma elite uniformemente moldada em Coimbra (CARVALHO, 1988) em função da qual estadania seria uma caracterização mais adequada à sociedade brasileira do que cidadania (CARVALHO, 1998), ou ainda aquela que, mesmo partindo de uma matriz gramsciana, enfatiza a “via prussiana” da modernização brasileira na qual o caráter forte e autoritário do Estado correspondeu à natureza amorfa e atomizada da sociedade (VIANNA, 2007) – leituras que colocam o Estado como objeto e sujeito da história e a sociedade civil como passiva diante de tal Estado hipertrofiado – está sendo aqui defendida a necessidade de se pensar o Estado Brasileiro a partir de uma matriz gramsciana que o concebe enquanto Estado Ampliado (MENDONÇA, 2005, p.7). Em outras palavras, um estudo do Estado e das políticas públicas no Brasil ao longo do Governo Collor em uma perspectiva em que não sejam naturalizadas as relações entre Estado e Sociedade, mas sim detalhadamente construídas, uma vez que estão inseridas em um processo maior de inserção do Brasil nas reformas neoliberais, processo esse que está muito longe de ter sido pacífico, mas, ao contrário, foi ceifado por embates entre as forças sociais. O modelo de Estado que se forjou, então, não é fruto, unicamente, dos interesses de uma única classe. Ele é visto enquanto relação social, fruto de conflitos entre sujeitos coletivos organizados a partir da sociedade civil (FONTES, 2005,

p.182) profundamente marcado pelos esforços de transformação do discurso e das práticas neoliberais em hegemônicos.

O que estava em disputa no Brasil dos anos noventa era a naturalização do projeto neoliberal, a garantia da conquista da hegemonia pelas frações da classe dominante que se encontravam inseridas na Sociedade Política. O objetivo do bloco histórico no poder no governo Collor era a nacionalização dos interesses da fração de classe que estava no controle do poder político. Se no Governo Collor as fissuras internas a esse grupo levaram ao *impeachment* do Presidente, no Governo FHC houve a recomposição da aliança política (expressa na coligação dos dois maiores partidos do país) e a reconfiguração do apoio da grande burguesia industrial e do setor financeiro ao projeto cuja hegemonia começou a ser construída com o Plano Real. Estruturavam-se, assim, as bases de sustentação de uma nova engenharia política, econômica e social.

Especificamente no que se refere ao Governo Collor, faz-se urgente, então, repensar as reformas neoliberais então implementadas, não somente como mais um exemplo de país na América Latina seguidor da agenda propositiva do Consenso de Washington. Nessa perspectiva, lançar novas luzes sobre o processo de introdução das reformas neoliberais no Brasil pode constituir em um poderoso instrumento para desnaturalizar as relações entre Estado e Sociedade e, principalmente, recuperar os distintos projetos que se encontravam em disputa no Brasil dos anos noventa.

NOTAS

1. Refiro-me aqui à diferenciação elaborada por Poulantzas entre Estado Coisa (instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única classe ou fração e sem qualquer grau de autonomia) e Estado Sujeito (possuidor de uma autonomia absoluta cuja vontade atua como instância racionalizante da sociedade civil) (POULANTZAS, 2000).
2. Paulo Cesar Farias organizou uma espécie de clube, com três categorias de sócios, para arrecadar fundos para a campanha de Collor. Numa delas, composta de vinte empresários, pediria um milhão de dólares a cada um dos integrantes. A dez empresários, solicitaria três milhões de dólares. De cada um dos cinco empresários da nata do clube, obteria 10 milhões de dólares. Além desse “clube”, as doações avolumaram-se conforme Lula ia crescendo nas pesquisas. Para maiores detalhes, ver Conti (1999).
3. A política econômica do Governo Collor passa da heterodoxia do Plano Collor I, entre 15 de março a 15 de maio (quando foi suspensa a prefixação dos salários), à ortodoxia monetarista, a partir da segunda quinzena de maio (quando foi definida a desindexação dos salários), até chegar, a partir de janeiro de 1991, ao congelamento de preços.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil. (Collor, FHC e Lula)*. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1993.
- CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988.
- CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo no Brasil de hoje*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1989.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões impertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel: notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Cadernos do Cárcere, v. 3).
- MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). *O Estado Brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EdUFF, 2005.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- PENA, Maria Vitória Junho. *Um aspecto da reoligarquização collorista do Estado: a reforma administrativa*. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.) *Aquarella do Brasil: ensaios políticos e econômicos sobre o governo Collor*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991. p. 129-135.
- PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *O governo Collor e a modernidade em tempos incertos*. Novos Estudos CEBRAP, no. 29, p. 3-9, mar. 1991a.
- _____. *Os tempos heróicos de Collor e Zélia*. São Paulo: Nobel, 1991b.
- POULANTZAS, Nicos. *O estado, o poder e o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Os dois corpos do Presidente*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- STOPPINO, Mário. Verbete ideologia. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1993, p. 585-597.
- VIANNA, Luis Werneck. *A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- _____. *De um plano Collor a outro*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.